

Expresso

09-07-2011

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 132350

Temática: Saúde

Dimensão: 160

Imagem: N/Cor

Página (s): 32

O bastonário da Ordem analisa a questão da importação de médicos indiferenciados Nem colombianos nem portugueses

José Manuel Silva

Nos Centros de Saúde (CS) os cidadãos têm direito a especialistas em Medicina Geral e Familiar (MGF), os únicos com competências adequadas para o amplo leque de funções inerentes ao seguimento e vigilância de uma lista de utentes.

Antes da importação ativa de médicos indiferenciados e com barreiras de língua e cultura, sete soluções havia, caso o anterior governo tivesse feito o seu trabalho de planeamento:

1) Pagar aos jovens especialistas de MGF o mesmo que paga aos especialistas hospitalares. Estes jovens especialistas recebem apenas 1900 euros/mês, íliquidos, pelo que muitos evitam ou abandonam a especialidade.
2) Oferecer aos especialistas em MGF reformados, que são experientes e sem barreiras culturais, condições dignas para regressarem ao SNS. Com esta solução, de maior qualidade e de aplicabilidade imediata, em vez de pagar 2800 euros/mês a médicos indiferenciados e com dificuldades de comunica-

ção, Portugal pouparia mais de dois milhões de euros/ano.

3) Contratualizar transitoriamente com os médicos de família (MF) no ativo mais 200 utentes nas suas listas, por mútuo acordo e com compensação suplementar. Caso 3000 médicos aceitassem, teríamos vagas para mais 600.000 cidadãos sem MF.

4) Reorganizar transitoriamente as listas dos MF relativamente aos inscritos não utilizadores. Este simples facto permitiria aumentar em cerca de 10% as vagas totais disponíveis, ou seja, mais cerca de 800.000 novas vagas para novos utentes.

5) Concretizar os concursos nacionais de colocação de especialistas em MGF e dar oportunidade aos médicos desvinculados para regressarem ao SNS (muitos estão contratados a recibo verde!). São largas dezenas, se não centenas, aqueles que aguardam colocação definitiva.

6) Promover a vinda para Portugal de médicos especialistas estrangeiros com especialidade de MGF reconhecida a nível europeu, como Espanha, Eslovénia e outros países da antiga Europa de Leste.

7) Caso as medidas anteriores fossem insuficientes, permitir aos médicos portugueses reformados de outras especialidades, médicos experientes e sem barreiras linguísticas, o mesmo que está a ser oferecido a médicos estrangeiros indiferenciados! Não para gerir ficheiros de utentes, pois para isso não têm preparação adequada, mas dentro do princípio, que subscrevemos, de que todo o português tem o direito de ter acesso a um médico quando dele necessita.

Apenas em oitavo lugar, se fosse necessário, seria então aceitável a importação de médicos indiferenciados. Recorde-se que a Ordem dos Médicos (OM) é obrigada a aceitar a inscrição de médicos que vejam a sua licenciatura reconhecida por uma Faculdade de Medicina, sem qualquer possibilidade de os avaliar, muito menos de os avaliar tecnicamente!

Os princípios e as soluções acima enumeradas são aquelas que a OM sustenta, em defesa da qualidade do SNS. Fica bem claro que o que está em causa é uma questão de especialidade e qualidade, não de nacionalidade e xenofobia.